

REVISITANDO UMA POLÊMICA SECULAR NA HISTORIOGRAFIA BASCA: A RECEPÇÃO DOS TEXTOS CLÁSSICOS NO DEBATE SOBRE OS LIMITES DA ANTIGA CANTÁBRIA

Jonatan Pérez Mostazo¹

Resumo

A historiografia da Antiguidade dos territórios bascos foi durante séculos marcada por uma disputa geográfica: a dos limites da antiga Cantábria. Com objetivos políticos e ideológicos, os bascos defenderam a descendência dos antigos cántabros, enquanto várias vozes se opuseram à ideia. Embora este episódio da historiografia basca tenha sido estudado, raramente se prestou atenção ao papel que os textos greco-latinos desempenharam nos argumentos apresentados pelos cantabristas e anticantabristas, sobre como as fontes antigas condicionaram o debate ou sobre como estas foram selecionadas, priorizadas e interpretadas para criar visões divergentes sobre a antiga geografia da região. Ao longo deste capítulo será aplicada esta perspectiva, em consonância com os pressupostos da Recepção Clássica. Desta forma, espera-se destacar aspectos que até agora passaram despercebidos em um debate que condicionou durante séculos os discursos sobre o passado antigo, os direitos políticos e a identidade moderna dos bascos.

Palavras-chave

Historiografia basca; Cantábria; basco-cantabrilismo; Recepção; geografia antiga.

¹ Professor Doutor – Universidad do País Vasco, Vitoria-Gasteiz, Espanha. Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00. E-mail: jonatan.perezmostazo@ehu.eus

Resumen

La historiografía sobre la Antigüedad de los territorios vascos estuvo durante siglos marcada por una disputa geográfica: la de los límites de la antigua Cantabria. Con objetivos políticos e ideológicos, los vascos defendieron descender de los antiguos cántabros, mientras diversas voces se oponían a la idea. Aunque este episodio de la historiografía vasca ha sido estudiado, pocas veces se ha prestado atención al papel que jugaron los textos greco-latino en las argumentaciones desplegadas por cantabristas y anti-cantabristas, sobre cómo las fuentes antiguas condicionaron el debate o sobre cómo estas fueron seleccionadas, priorizadas e interpretadas para crear visiones divergentes sobre la geografía antigua de la región. A lo largo de este capítulo se aplicará esta perspectiva, deudora de los presupuestos de la Recepción Clásica. Así se espera señalar aspectos que hasta ahora han podido pasar desapercibidos en un debate que condicionó secularmente los discursos sobre el pasado antiguo, los derechos políticos y la identidad moderna de los vascos.

Palabras claves

Historiografía vasca; Cantabria; vasco-cantabrizmo; Recepción; geografía antigua.

Introdução

Os bascos são uma comunidade que, com limites geográficos e marcadores identitários variáveis, se localiza, pelo menos desde o início da Modernidade, nos territórios envolventes aos Pirenéus Ocidentais, entre os rios Ebro e Adour². Estas populações, como muitas outras, têm-se caracterizado nos últimos séculos por uma constante reformulação dos seus elementos identitários, entre os quais se encontra uma determinada cultura histórica, por vezes também referente à Antiguidade. Assim, durante a Modernidade, a elite acadêmica basca, em colaboração com a historiografia da corte castelhana, encontrou nos antigos cantábricos uma das primeiras referências unificadoras da incipiente consciência etnorregional basca (Larrañaga, 1996). Uma referência que, com altos e baixos, manteve a sua validade até finais do século XIX (Pérez Mostazo, 2019). Assim, a historiografia sobre a Antiguidade teve, e em certa medida continua a ter, um papel proeminente nos discursos sobre a identidade basca.

A identificação dos bascos com os antigos cantábricos baseava-se na presença no seu território de uma língua não latina, o basco, na qual pretendiam ver a prova de uma independência secular, também contra o Império Romano. Assim, os cantábricos teriam mantido incontaminadas as essências trazidas por Túbal, neto de Noé e alegado primeiro colonizador da Península Ibérica. Esta visão do passado foi elaborada e instrumentalizada a partir dos territórios bascos para justificar e defender certas prerrogativas coletivas em contextos diversos e em mudança, como a Monarquia Imperial da Áustria, o estabelecimento da dinastia Bourbon e, ao longo do século XIX, os ciclos revolucionários, a implementação do Estado Liberal ou a defesa da autonomia regional. Além disso, foi também uma visão adotada em momentos diferentes da cultura histórica dos restantes territórios hispânicos, ansiosa por justificar a sua preeminência no contexto europeu com base em referências de prestígio presentes e passadas (Mañaricúa, 1971; Duplá; Emborajo, 1991).

No entanto, a hipótese cantábrica, tal como foi inicialmente formulada, teve pouco apoio nos textos greco-latinos. Assim, um elemento identitário, político e de prestígio tão fundamental para os territórios bascos foi desde cedo suscetível ao escrutínio da crítica acadêmica e teve de recorrer a

² Os atuais territórios da Comunidade Autônoma de Euskadi e da Comunidade Foral de Navarra, na Espanha, além dos territórios históricos de Labort, Baixa Navarra e Sola, na França. A seguinte análise historiográfica incidirá sobre os territórios ao sul dos Pirenéus.

autores antigos em busca de novos argumentos para reforçar as suas posições. Começou, assim, uma das polêmicas mais duradouras sobre a Antiguidade Basca, a dos limites da antiga Cantábria e a sua extensão ou não às terras bascas. Um debate secular que, em grande medida, se baseou em diferentes propostas de reconstrução da antiga geografia da região a partir de testemunhos clássicos.

Diferentes historiadores analisaram esta controvérsia historiográfica, especialmente a partir da década de 1970 (Pérez Mostazo; Duplá, 2023). Estas investigações apontaram corretamente as suas condições ideológicas, enquadrando-o em um confronto político e identitário entre diferentes tradições historiográficas provinciais, entre estudiosos bascos e estudiosos próximos da corte e mesmo entre membros de diferentes ordens religiosas (Iglesias, 1994; Duplá; Emborajo, 1991; González Echegaray, 1974; Mañaricúa, 1971). No entanto, não tem sido dada a devida atenção ao papel que os textos greco-latinos e a sua interpretação desempenharam na disputa, aspecto que tentaremos abordar nesta contribuição, esperando apontar aspectos da disputa que podem ter passado despercebidos até agora³. E, seguindo os postulados da Recepção Clássica formulados por Charles Martindale (2006; 2007), no diálogo bidirecional entre as evidências do passado e seus intérpretes modernos, os primeiros não são objetos que podem ser manipulados à vontade, mas pelo contrário, têm uma certa capacidade de orientar e condicionar as suas interpretações. Ainda mais quando essas interpretações são apresentadas como base de uma certa verdade histórica. É o caso do debate sobre os limites da antiga Cantábria, que, embora tivesse motivações claramente ideológicas, ocorreu no campo da reconstrução de uma geografia antiga preparada principalmente a partir da seleção, leitura e interpretação de textos gregos-latinos.

A polêmica

Os primeiros registros de identificação entre os antigos cantábricos e os habitantes das atuais terras bascas datam da última década do século XV⁴. A ideia difundiu-se rapidamente durante o século seguinte, tanto entre os estudiosos provinciais, principalmente de Bizkaia e Gipuzkoa, interessados em fundamentar historicamente a nobreza universal que

³ Abordamos o tema, para o século XIX, em Pérez Mostazo, 2019: 267-283.

⁴ Para um desenvolvimento mais detalhado da disputa, González Echegaray, 1974; Mañaricúa, 1971.

reivindicavam perante a coroa castelhana, como entre os principais historiadores da corte. Uma combinação de ambos foi Esteban de Garibay, cronista de Filipe II e originário de Gipuzkoa, que, no seu *Compendio Historial* de 1571, se mostrou um convicto defensor do cantabrilismo. Como muitos outros estudiosos provinciais da época, fez esta associação com base em etimologias mais ou menos forçadas, e mesmo em tradições apócrifas que narravam alegados combates entre cantábricos e romanos. Nas últimas décadas do século foram formulados os primeiros discursos críticos ao cantabrilismo basco, sendo pioneira a obra *Cantabria. Descripción de sus verdaderos límites* pelo cronista aragonês Jerónimo de Zurita, escrita em 1580, embora tenha sido publicada somente em 1683.

Durante o século XVII, a tese cantabrista continuou em vigor, estendendo-se mesmo a Navarra e ao País Basco francês. No entanto, apresentou menor implementação nestes últimos territórios, a partir dos quais diferentes vozes o criticaram ou qualificaram, recorrendo a uma análise conscientiosa dos textos clássicos e apostando na ascendência vascona dos bascos ou navarros. Foi o caso dos basco-franceses Arnaud d'Oihenart (1638) e Paul Marca (1640) ou do navarro José de Moret (1665; 1684). Por sua vez, as obras que nesta época defendiam a extensão da antiga Cantábria aos territórios bascos também se apoiavam em um conjunto cada vez mais rico de evidências textuais. Exemplo disso foram as *Averiguaciones de Cantabria* do jesuíta vallisoletano Gabriel de Henao (1689).

O século XVIII lançou um novo panorama institucional ao sul dos Pirenéus, com a unificação jurídica da Monarquia Hispânica promovida pela recém-criada dinastia Bourbon. As Províncias Bascas e Navarra continuaram a ser os únicos territórios que mantiveram as suas jurisdições particulares, situação que levou a um rearmamento do discurso provincial face ao potencial centralismo da corte. O passado antigo referente aos cantábricos foi um dos recursos postos ao serviço deste discurso foralista, como mostra o *Discurso de la antigua famosa Cantabria* do jesuíta guipuzcoano Manuel de Larramendi (1736), que respondeu, entre outros, à postura anticantabrista da *Historia de España Vindicada*, publicada por Pedro de Peralta (1730).

A disputa atingiu seu auge após a publicação, em 1768, de *La Cantabria* na forma de um volume da *España Sagrada* pelo estudioso agostiniano Enrique Flórez. Este procurou esclarecer definitivamente a diversidade de opiniões sobre os limites da antiga Cantábria, com base em um estudo cuidadoso de textos clássicos. Concluiu negando a inclusão do território basco nesta antiga região e defendendo a sua conquista por Roma. Das províncias

bascas, a obra foi recebida como um ataque às bases do discurso foralista, e uma resposta foi considerada necessária. Os arquivos da *Real Sociedad Bascongada de Amigos del País*, instituição que reunia a elite esclarecida basca, preservam diversos manuscritos com este fim⁵. No entanto, divergências internas deixaram a resposta nas mãos de um indivíduo, José Hipólito de Ozaeta, ex-integrante da RSBAP e autor, em 1779, de *La Cantabria vindicada y demostrada según la extensión que tuvo en diferentes tiempos*. A publicação foi respondida nesse mesmo ano pelo agostiniano Manuel Risco, sucessor da *España Sagrada* após a morte de Flórez. Pouco depois abordou também o assunto em *La Vasconia* (1779), volume XXXII da *España Sagrada*, chegando a conclusões diferentes das de seu mentor, um pouco mais conciliatórias com a hipótese do cantabrilismo.

Os primeiros anos do século XIX assistiram a um certo prolongamento da disputa com a publicação do *Diccionario histórico-geográfico de la RAH* em 1802 e do primeiro volume das *Noticias históricas de las tres Provincias Vascongadas* de Juan Antonio Llorente (1806), também respondidas pelas instituições e estudiosos bascos. Algumas décadas depois, entre as décadas de 40 e 70 do século XIX, a geração romântica basca tentou retomar o debate, embora, desde a incipiente República das Letras nacional espanhola, não houvesse interesse em abordá-lo, considerando-o ultrapassado. Assim, a controvérsia durou quase quatro séculos, embora os argumentos e posições fossem frequentemente retomados e repetidos. Nas linhas seguintes centraremos a nossa análise nas principais obras publicadas entre meados do século XVII e início do século XIX, altura em que as fontes clássicas tiveram um papel especial na argumentação desta disputa histórica, mas também política e identitária.

Fontes para debate

Os estudiosos modernos fizeram muitas menções aos cantábricos e à Cantábria ao investigarem a extensão de seu território. Contudo, a maioria é breve e fragmentária, exceto algumas passagens referentes às guerras de conquista na época de Augusto (Marcos, 1988). As primeiras referências remontam aos séculos II e I AEC, quando alguns autores fornecem dados geográficos ou etnogeográficos ligados a este grupo populacional, que já parecia fazer parte do imaginário etnogeográfico da Hispânia Citerior. A menção mais antiga deve-se a um fragmento das *Origines* de Catão (110, 1) que situa a nascente do rio *Iberus*, atual Ebro, entre os cátabros De

⁵ Sobre sua concepção de História, Antiguidade e nação, Duplá, 2018.

Estrabão (III, 3, 4; 4, 3), sabemos que tanto Posidônio quanto Asclepíades de Mirlea os mencionaram no século I AEC Júlio César também faz referência a este grupo populacional: a princípio, sendo derrotado por Crasso junto com os aquitanos, ao norte dos Pirenéus (*Gál.* III, 26, 3). Um pouco mais tarde, no relato da guerra contra Pompeu, recrutado como auxiliar pelo seu legado Afrânio (*Ciu.* I, 38, 3).

A presença dos cátavros e do seu território multiplica-se consideravelmente nas fontes contemporâneas ou posteriores a Augusto. São mencionados nas biografias do primeiro imperador e na historiografia da época, destacando-se a obra de Tito Lívio, cujo relato da guerra cantábrica não se conserva, mas foi utilizado por autores posteriores como Floro (*Epit.* II, 33, 1-33) (século II EC) e Orósio (*Hist.* VI, 21, 1-11) (século V EC). Historiadores posteriores como Dião Cássio (séculos II-III EC) também fornecem dados relevantes sobre o conflito⁶. Estrabão (III, 3, 8; 4, 17-18), autor grego do período Augusto, inclui passagens e anedotas referentes à guerra em sua obra geográfica. Por fim, o poeta Horácio faz eco às imagens contemporâneas difundidas sobre os cantábricos, cunhando temas que são repetidos por escritores posteriores como Lucano e Sílio Itálico (século I EC)⁷.

A presença dos cátavros nas fontes greco-latinas do período Augusto explica-se, em grande parte, pela relevância política e propagandística que o primeiro imperador deu às guerras de conquista do norte da Hispânia, contra os ástures e os cátavros, entre 29 e 19 AEC, que ele liderou pessoalmente. Estas campanhas tiveram uma importante dimensão ideológica e política, visando principalmente o fortalecimento do poder pessoal do recém-intitulado Augusto. Por um lado, o novo líder absoluto de Roma procurou ganhar prestígio militar como general vitorioso face às ameaças externas, deixando para trás a memória dos conflitos civis. Por outro lado, as guerras no norte da Península mostraram-se como o primeiro passo na missão pacificadora em virtude da qual Augusto gozava do controle sobre os exércitos romanos. Assim, igualando e até superando os feitos dos grandes generais da era republicana, Augusto teria alcançado a pacificação definitiva da guerreira Hispânia, conseguindo impor a sua

⁶ D.C. LI, 20; LIII, 22; 25, 2-8; 29, 1-2; LIV 5, 1-3; 11, 1-6. Há breves menções à campanha de Augusto em outros autores, como Veleio Patérculo (II, 90, 1) (século I EC) e Apiano (*Hisp.* 102) (século II EC), que também mencionou os cantábricos por ocasião do cerco de Numância (*App. Hisp.* 80).

⁷ Hor. *Carm.* II, 6, 1-4; 11, 1-5; III, 4, 33-36; 8, 17-24; IV, 14, 41-44; *Epist.* I, 12, 25-29; 18, 54-57. Lucan. VI, 257-259. Sil. III, 325-331; V, 197; V, 639; IX, 232; X, 16; XV, 413; XVI, 44-77.

tão celebrada *Pax Augusta* (Griffiths, 2013: 6-39; Rich, 2009; Salinas de Frías, 1998).

Em ambos os casos, a narrativa augusta exigia um inimigo temível e guerreiro, o que explica em certa medida as imagens transmitidas pela historiografia, pela poesia ou pelas descrições etnográficas, que enfatizavam a selvageria e a ferocidade dos cantábricos. Essas descrições, relidas a partir de uma perspectiva heroica, tinham o potencial de se tornarem referências atraentes de prestígio aos olhos da erudição moderna, como sinos de glória para aqueles que conseguiram mostrar-se como seus descendentes. Assim, os bascos, mas também outros territórios do norte da Península, lutaram para se apropriar desta referência (Suárez Cortina, 1996).

Os cátabros e a Cantábria também são mencionados em uma série de textos greco-latinos que abordam a descrição geral do ecumeno sob diferentes perspectivas, coincidindo com o momento de maior extensão e estabilidade do Império Romano, entre os séculos I e II EC a *Geographiká* de Estrabão de Amásia é o mais antigo dos preservados. Este autor helenístico compôs a sua obra no início do século I EC, reunindo muito do conhecimento geográfico da época com a vontade de o colocar ao serviço do Império Romano e dos seus governantes. Para isso, descreveu o mundo habitado em seções, prestando atenção também aos seus habitantes e à influência benéfica da conquista romana sobre eles (Dueck, 2000). Embora a obra não tenha tido grande aceitação durante a Antiguidade, a partir do século XV tornou-se uma referência indesculpável para o conhecimento da história antiga de vários territórios, como a Península Ibérica (Álvarez Martí-Aguilar, 1999).

Cronologicamente é seguida por *De Chorographia* de Pomponio Mela, escrito em latim na época do imperador Cláudio como um exercício retórico que testaria a habilidade literária do autor, ao descrever o mundo através de uma sucessão de nomes de lugares que, no entanto, deveriam ser agradáveis para o leitor. Apesar do seu caráter retórico, ou talvez justamente por causa dele, a obra foi conhecida e tratada durante a Antiguidade e ganhou ampla circulação desde o Renascimento (Romer, 1998; Silberman, 1988). Um pouco mais tarde foi publicada a *Naturalis Historia* de Gaius Plinius Secundus, conhecido como Plínio, o Velho (23-79 EC), membro de uma rica família equestre dedicada à administração imperial. Sua obra enciclopédica em 37 livros buscou compilar o conhecimento de sua época para preservá-lo de forma organizada, dedicando os livros III-VI à descrição do mundo. Ao contrário de Mela,

confessa que pretende fazer uma lista de topônimos, previamente selecionados, sem se deter nas razões que os tornam famosos, aspectos que espera abordar em outros livros (Armani, 2017; Murphy, 2004). Intensamente utilizada como autoridade científica ao longo da Idade Média, a obra de Plínio continuou a ser uma fonte inesgotável de informação para estudiosos e historiadores durante a Modernidade, também no caso hispânico (Doody, 2010; Moure, 2008).

Por fim, *Geographike Hyphegesis* ou *Geografía* do alexandrino Cláudio Ptolomeu, datada da primeira metade do século II EC, forneceu numerosos dados sobre a localização e extensão da Cantábria. Sendo o único tratado de cartografia preservado desde a Antiguidade, contém instruções para desenhar um mapa-múndi a partir de mais de 8.000 pontos localizados através de um sistema de paralelos e meridianos, referentes a cidades e características geográficas. O tratado reúne o conhecimento astronômico, geográfico e cartográfico da época, embora as limitações técnicas para calcular com precisão as latitudes e, sobretudo, as longitudes, o tenham tornado objeto de inúmeras correções desde a Antiguidade (Marcotte, 2007; Berggren; Jones, 2000). A obra tornou-se especialmente popular a partir do final do século XIII, sendo uma referência fundamental no desenvolvimento cartográfico do Renascimento europeu (Gautier Dalché, 2009).

Todos estes textos utilizam categorias geoetnográficas para estruturar e articular a descrição do mundo, mesmo nos territórios integrados nas estruturas cívicas e administrativas romanas. Consequentemente, contêm menções aos cantábricos e à Cantábria, tornando-os suscetíveis de serem utilizados no debate que se desenvolveria séculos depois. E, segundo a concepção geográfica antiga, o espaço estava intimamente ligado ao elemento humano, de modo que, muitas vezes, eram os seus habitantes que davam nome ao território, enquanto um componente espacial estava associado a cada etnônimo. Ainda mais nas regiões onde o fenômeno urbano estava menos estabelecido, como no norte da Península Ibérica (Gómez Fraile, 2001).

No caso de Estrabão, as referências oro-hidrográficas são os principais recursos para estruturar os espaços. No entanto, na ausência destes, recorre aos grupos étnicos que os habitam ou rodeiam. Também associa regiões a amplos grupos étnicos que apresenta como protagonistas de diferentes processos históricos e civilizacionais, dando uma imagem dinâmica da construção dos espaços ibéricos (Castro-Páez, 2023; Cruz Andreotti, 2014; Pérez Vilatela, 1990). Mela, por sua vez, menciona os diferentes grupos

populacionais que ocupavam os espaços descritos, especialmente as costas, atribuindo-lhes populações ou características geográficas (Parroni, 2007). No caso de Plínio, o Velho, embora retire as suas principais referências do mapa cívico e administrativo romano, recorre também a elementos etno-corográficos, especialmente na descrição do litoral e na articulação das zonas menos urbanizadas da Hispânia Citerior (Ciprés, 2017; González Rodríguez, 2017). Por fim, para Ptolomeu, as unidades espaciais nomeadas por um etnônimo constituem o principal elemento de articulação do espaço de cada uma das províncias e territórios do mundo, dentro do qual ele localiza os pontos que compõem o seu mapa (Beltrán, 2012; Gómez Fraile, 1997).

A utilização de categorias geoetnográficas para estruturar espaços e sua descrição, mesmo em territórios já integrados nas estruturas administrativas romanas, permitiu aos estudiosos modernos procurarem os seus antepassados remotos em fontes clássicas. Por um lado, projetaram estes etnônimos para o passado pré-romano; por outro lado, construíram ligações genéticas entre grupos populacionais passados e presentes com base na ocupação do mesmo espaço, quando as fontes não mencionavam explicitamente os movimentos populacionais. Consequentemente, a geografia antiga foi um conhecimento muitas vezes contestado durante a Modernidade, como ocorreu no caso basco, quando foi concebida como um instrumento para legitimar ou desacreditar certas identidades e as referências de prestígio em que se baseavam.

As abordagens anticantabristas

Enrique Flórez foi quem desenvolveu de forma mais sistemática o argumento anticantabrista, repetindo ideias presentes em autores anteriores como Zurita e sendo a base de autores posteriores como Llorente. Para o estudioso agostiniano, a principal controvérsia sobre a antiga Cantábria residia na “sua localização e extensão”. Para resolvê-la, foi necessário esclarecer “se abraçou ou chegou aos Pirenéus” (1768: 1-2), determinando assim se incluía também os territórios bascos. Assim, embora tenha fornecido alguns dados sobre a sua extensão no interior, centrou as suas análises no litoral, “sobre o qual os antigos escreveram mais” (1768: 7). Não em vão, devedores da tradição dos péríplos, tanto Estrabão como Mela, Plínio e Ptolomeu deram grande importância à definição do litoral nas suas representações do mundo, elencando na ordem linear marcada pelas costas os diferentes elementos orohidrográficos, urbanos e etnográficos que poderiam ser usados para

desenhar um mapa da região (Dueck; Brodersen, 2012: 52-59). E estes autores desenharam uma costa povoada por diferentes grupos populacionais desde a Cantábria até aos Pirenéus, portanto, para os anticantabristas, os cantábricos não poderiam ter povoado as terras bascas durante a Antiguidade.

Para estes autores, Ptolomeu foi quem melhor ilustrou esta diversidade étnica (Flórez, 1768: 7-17; Llorente, 1806: 20). Antes de abordar cada uma das províncias hispânicas, o geógrafo alexandrino deu os pontos que definiam a costa peninsular, atribuindo a diferentes etnônimos cidades, fozes de rios, promontórios ou portos. Para o trecho de costa que era de interesse na disputa, Ptolomeu enumera desde os cátabros até os Pirenéus, no sentido oeste-leste, até quatro grupos populacionais diferentes: autrigones, caristos, várulos e vascões (*Geog. II, 6, 6-10*). O testemunho de Plínio também foi esclarecedor a este respeito (Zurita, 1683: 12; Flórez, 1768: 17-25). Na sua descrição da costa norte da Hispânia Citerior, no sentido leste-oeste, e portanto começando pelos Pirenéus, enumera os *saltus* dos vascões, Olarso e os *oppida* dos várulos e Flaviobriga antes de mencionar as nove *civitates* da *regio* dos cátabros (*Nat. IV, 110-111*). Para autores como Peralta (1730: 605-606), o testemunho conjunto destes autores foi suficiente para mostrar a exclusão das terras bascas da antiga Cantábria.

Mesmo assim, Zurita (1683: 8-12), Flórez (1768: 25-34) ou Llorente (1806: 3-12) também recorreu aos textos de Mela e Estrabão, embora as suas características os tornassem menos atrativos para mostrar a separação entre a Cantábria e os Pirenéus. No caso do primeiro, o périplo transmite toda a sua descrição do mundo. Além disso, é de especial interesse para a costa norte da Hispânia, uma vez que apresenta alguns dados posteriores à conquista e ignorados pelas fontes gregas anteriores (Silberman, 1988: XVI, XL-XLI). No entanto, a passagem referente ao setor mais oriental da costa norte chegou até nós corrompida, com inúmeras variantes que desde o Renascimento têm tentado ser corrigidas à luz de outros autores como Plínio e Ptolomeu, sendo fonte de múltiplas confusões (Santos, 2006). Ainda assim, o autor deixa clara a distribuição desta faixa costeira entre cátabros e várulos, sendo estes últimos os que, formando uma única *gens*, fecham as Hispâncias (III, 14-15). Um testemunho que apontava para as teses anticantabristas, mas que minimizava a diversidade étnica interposta entre a Cantábria e os Pirenéus.

Estrabão também dá destaque às costas na descrição dos diferentes espaços provinciais da Península Ibérica, os quais aborda desde a costa, para depois

se aventurar pelo interior. Contudo, a norma não é cumprida no caso do litoral norte, uma vez que é tratado como parte de uma excursão etnográfica referente à Lusitânia que a estende às populações das montanhas do norte da Península Ibérica, elencando-as de oeste para leste (Castro-Páez, 2023: 190-193). Cita, entre estas, “galaicos, ástures e cátabros, até os vascões e aos Pireneus”, desculpando-se por não mencionar outros nomes de transcrição incômoda como pletauros, bardietas e alotrigues (III, 3, 7). Os autores anticantabristas compreenderam que estas cidades com nomes incômodos ficavam entre os cantábricos e os Pirenéus (Flórez, 1768: 30), mas a indefinição da passagem tornou possíveis leituras alternativas.

Destes textos, Llorente concluiu “que dos Pirenéus às Astúrias havia na costa marítima uma parte da Vascônia e as diferentes regiões de várulos, caristas, autrigones e cantábricos” (1806: 12). No entanto, os eruditos cantabristas esforçaram-se para provar que todos estes etnônimos se referiam a populações integradas na Cantábria. Era, portanto, necessário demonstrar que eram populações diferentes e separadas dos cantábricos. Neste caso, a “evidência decisiva” foi encontrada nos historiadores latinos Floro e Orósio, narradores das conquistas de Augusto no norte da Península. Segundo ambos, a guerra começou em resposta à hostilização que os cátabros exerceram sobre os seus vizinhos váceos, turmogos e autrigones, povos aliados de Roma (Flo. *Epit.* II, 33, 8; Oros. *Hist.* VI, 3). Portanto, sendo opositos, autrigones e cantábricos não poderiam ser o mesmo povo, especialmente aqueles localizados mais a leste, “porque os cantábricos não fizeram guerra aos cantábricos” (Flórez, 1768: 16; Llorente, 1806: 17).

A defesa do cantabrilismo pelos bascos

Entre os autores cátabros, o estudo cuidadoso da geografia antiga não foi visto como necessário até que a ascendência cantábrica dos bascos foi posta em causa pelo recurso a esta disciplina. Até agora, a própria existência da língua basca, de etimologias mais ou menos forçadas, de certas tradições apócrifas ou do mito da independência secular basca tinha sido considerada um apoio suficiente, e continuaria a sê-lo, para alguns, durante muito tempo. No entanto, pelo menos desde o século XVII, foram obrigados a desenvolver um discurso erudito que justificasse a inclusão das terras bascas na antiga Cantábria, recorrendo a textos clássicos.

O principal objetivo destes autores foi demonstrar a extensão da Cantábria aos Pirenéus e, portanto, a inclusão dos territórios bascos nesta antiga região. Entre os textos de natureza geográfica, Estrabão contribuiu com o seu principal argumento, partindo de uma leitura radicalmente oposta à dos anticantabristas. Se, para estes últimos, o autor grego mostrou que entre os cantábricos e os Pirenéus havia uma série de cidades cujos nomes tinham uma transcrição incômoda, para os cantabristas deixou claro que os cantábricos se estendiam “até os vascões e aos Pireneus”, e incluíam tanto as terras bascas até a cordilheira que os vascões povoariam (Henao, 1689: 308; Larramendi, 1736: 200-204; Ozaeta, 1779: 93-94). Ozaeta quis interpretar o testemunho de Mela no mesmo sentido, minimizando o território ocupado pelos várdulos e deslocando-os para o interior montanhoso, deixando para os cantábricos a costa da Hispânia até à fronteira com a Gália (1779: 82-86).

Voltando-se também para Plínio, procurou-se minimizar a presença de vascões e várdulos, de forma a estender o domínio dos cantábricos para leste. No entanto, o autor foi mais frequentemente referido pela menção a uma montanha inteira de veios metálicos localizada na Cantábria (*Nat. XXXIV*, 149). Apesar da parcimônia das suas descrições geográficas nos livros III e IV, o resto da sua obra contém inúmeros dados curiosos e surpreendentes sobre fenômenos humanos e naturais, respondendo ao gosto pelo extraordinário típico da paradoxografia greco-latina (Murphy, 2004: 18-23). A menção à montanha metálica não foi localizada, portanto, na descrição da Hispânia Citerior, onde teria um contexto geográfico mais preciso, mas como um fato curioso referente aos metais. Assim, a passagem ajudou os autores cantábricos a localizar a jazida metálica na localidade biscaia de Somorrostro, famosa pelas suas minas de ferro, o que comprovaria a inclusão da província na Cantábria (Emborujo; Emborujo, 2017: 308).

A descrição geográfica de Plínio também foi utilizada para destacar as suas contradições com a fornecida por Ptolomeu e, assim, pôr em causa a fiabilidade de ambos os autores. Não em vão, o testemunho de Ptolomeu foi constantemente questionado, pois era considerado o principal suporte das teses anticantabristas. Larramendi (1736: 126-145) apontou a pequena extensão costeira atribuída pelo alexandrino à Cantábria, fato pouco plausível na sua opinião, dada a resistência duradoura do território à conquista romana. Além disso, Ozaeta (1779: 34-38) deu especial ênfase à natureza imperfeita da obra de Ptolomeu, que teria centrado o seu interesse na matemática, e não na geografia, e que da distante Alexandria não teria dados de qualidade disponíveis, razão dos seus inúmeros erros. Assim,

para a retificação de Flórez, seria impossível conciliar o testemunho deste autor com o de Plínio e dos restantes textos clássicos, apesar das tentativas do agostiniano (1779: 75-82).

Outra estratégia dos autores cantábricos, complementar à anterior, foi explicar a diversidade étnica presente nos textos clássicos de natureza geográfica como subdivisões territoriais ou étnicas integradas nos termos genéricos de cantábricos, ou Cantábria. O testemunho de Estrabão (III, 4, 12) teria tornado esta possibilidade plausível, ao mencionar alguns “cantábricos coniscos” como vizinhos dos berones, habitantes da região mais setentrional da Celtibéria. Esta possibilidade seria reforçada pelos processos de construção de espaços e imaginários etnogeográficos refletidos em textos greco-latinos para outras regiões. No entanto, nenhum testemunho antigo alude explicitamente à inclusão de autrigones, caristios, várdulos ou vascões entre os cantábricos, de modo que os autores cantábricos só puderam defender esta ideia a partir de uma comparação com outras áreas peninsulares.

Efetivamente, vários textos antigos mostram para a Península Ibérica uma definição progressiva de espaços geoétnicos mais ou menos amplos com base na classificação, seleção e hierarquização de realidades pré-existentes observadas durante o processo de conquista. Consequentemente, este imaginário geográfico articulou-se em torno de espaços nomeados a partir de etnônimos ou corônimos gerais que integravam realidades diversas, como ocorreu com a Turdetânia, a Lusitânia ou a Celtibéria, e mesmo áreas mais próximas e semelhantes à Cantábria como a Galécia e as Astúrias. (Santos; Cruz Andreotti, 2012; Cruz Andreotti; Le Roux; Moret, 2006; 2007). Mas, ao mesmo tempo, em grandes áreas da Península mantinham-se em vigor identificações étnicas menores, que muitas vezes serviam de base à organização cívica das comunidades peregrinas, como mostram fontes literárias como Plínio ou Ptolomeu, além de algumas evidências epigráficas (Ciprés, 2023).

Os autores cantabristas do século XVIII souberam intuir estes processos de criação do imaginário geográfico e colocá-los ao serviço da sua argumentação. Assim, a ausência de dados suficientes nas fontes literárias sobre o processo de construção do espaço cantábrico permitiu propor a integração de autrigones, caristios e várdulos na Cantábria com base em um argumento *ex silentio*. Respondendo a Oihenart, Larramendi (1736: 149-153) propôs que as referências de Ptolomeu aos cantábricos fossem entendidas da mesma forma que as que fazia aos galaicos lucenses ou aos ástures, entre os quais, além da foz dos rios e das cidades, incluía vários

etnônimos. Da mesma forma, as menções de autrigones, caristios e várulos tiveram que ser inseridas no território dos cantábricos. Portanto, “os galegos eram uma nação grande, que com o seu nome incluía outras nações menores, e o mesmo dos asturianos, e o mesmo dos cantábricos”. Por sua vez, Ozaeta (1779: 91-104) partiu do texto de Estrabão para identificar as diferentes “regiões” em que ele teria dividido a Península Ibérica, cada uma delas composta por grupos populacionais menores. A Cantábria seria a sétima destas regiões, contendo no seu interior as populações que se localizavam entre as Astúrias e os Pirenéus, com exceção dos vascões, que pertenceriam à região dos ilergetes⁸. Assim, consideraram comprovada a existência de uma extensa Cantábria que, transcendendo os limites marcados por Ptolomeu, integrou os antigos habitantes das terras bascas.

No entanto, as teses cantabristas encontraram apoio mais sólido em textos de caráter historiográfico, sendo o mais recorrente entre eles uma passagem dos *Comentarii* de Júlio César. Em um dos episódios da conquista da Gália, referindo-se à campanha de Crasso contra os aquitanos, César (*Gál.* III, 23, 3-5) menciona que, antes de enfrentar os exércitos romanos, enviaram legados às comunidades fronteiriças da Hispânia Citerior solicitando tropas e líderes para liderá-los. Alguns parágrafos depois (26, 6), ele menciona a derrota e morte de três quartos do exército reunido pelos aquitanos, que contava com 50.000 homens entre os vindos da Aquitânia e do território dos cantábricos⁹. Do testemunho de Henao (1689: 309-311) defendeu, contra as teses de Zurita, que os cantábricos mencionados por César eram precisamente os vascões que habitavam o extremo oriental da província de Guipúzcoa e a parte de Navarra adjacente aos Pirenéus. E que, portanto, as populações que se sucederam ao longo da costa em direção a oeste até às Astúrias também o devem ter sido. O argumento foi repetido ao longo do século XVIII, destacando a fiabilidade de César não só pela sua fama, mas também pelas suas estadias na Península e por ser um testemunho mais antigo que os geográficos, a tal ponto que Flórez (1768: 93) considerou isso “muito transcendental para aqueles que contestamos”. Porém, para o agostiniano, César só teria mencionado os cantábricos por serem mais famosos, ignorando os nomes de outras populações menos conhecidas excluídas do território da Cantábria.

Para os cantabristas, não só César apoiou as suas teses, mas também os três principais historiadores das guerras Cantábricas, Floro, Dião Cássio e

⁸ Contudo, essas regiões apresentam divergências importantes daquelas indicadas pelas pesquisas atuais, como em Cruz Andreotti, 2014.

⁹ A mesma informação é coletada por Orósio (*Hist.* VI, 8, 19-23).

Orósio, ao localizar geograficamente os ástures e cantábricos em relação aos Pireneus. Floro atribui-lhes o território que “a partir do sopé dos Pireneus, banhava a costa mais próxima do Oceano” (*Epit.* II, 33, 1-3). Orósio, por sua vez, considera que constituíam “uma parte da província da Galícia, zona onde se estende ao norte a extensão da cordilheira dos Pirenéus, não muito longe do Segundo Oceano” (*Hist.* VI, 21, 2). Dião Cássio também os situa “na parte mais selvagem dos Pirenéus” (LIII, 25, 2). A historiografia cantábrica não precisou forçar muito a leitura destes textos para apontar a extensão da Cantábrica aos Pirenéus. No entanto, a crítica anticantábrica considerou estas menções como secundárias e não decisivas à luz de outros testemunhos desses mesmos autores que falavam de alguns cantábricos que perseguiam os seus vizinhos, os autrigones (Flórez, 1768: 34-39, 100-104; Llorente, 1806: 17).

Assim, nenhum dos autores participantes na polêmica notou a evolução na delimitação dos Pirenéus que deriva das fontes clássicas, e que explica em grande parte a relação estabelecida por estes historiadores entre os cantábricos e os Pirenéus. Para os autores modernos, esta cadeia montanhosa estendia-se do cabo de Creus ao cabo Higuer, fronteira norte da Península Ibérica, da mesma forma que se configurava no imaginário político e geográfico latino da época imperial (Rico, 2006; Beltrán; Pina, 1994). No entanto, esta imagem só se consolidaria após a concretização da conquista romana e a individualização da cordilheira cantábrica. Até então, esta última teria sido considerada uma extensão ocidental dos Pirenéus, dada a continuidade orográfica apresentada por ambas as cadeias montanhosas. Esta última é a imagem transmitida pela maioria das fontes da época augusta e mesmo júlio-claudiana, como Pompeu Trogó ou Tito Lívio, principal fonte do relato das guerras cantábricas preservado pelos referidos historiadores (Beltrán; Pina, 1994).

Nuances e hipóteses intermediárias

No desenvolvimento da polêmica, houve também autores que qualificaram as posições dos anticantabristas e dos cantabristas, propondo por vezes terceiras vias, com o objetivo de conciliar as incoerências entre as antigas descrições geográficas, principal suporte das primeiras, e os testemunhos dos historiadores greco-latinos, especialmente César, profusamente aludido por este último. Estas interpretações não foram bem recebidas entre os cantabristas pelo menos até ao início do século XIX, pois levantaram objeções em maior ou menor grau à ascendência cantábrica dos bascos. Assim, a historiografia da disputa tendeu a considerá-los entre os

autores anticantabristas, embora uma leitura mais detalhada permita estabelecer nuances.

Foi o caso de José de Moret, cronista do Reino de Navarra na segunda metade do século XVII. Nas suas *Investigaciones históricas* concordou com Oihenart e outros que “a Cantábria, tomada rigorosamente, no sentido exato dos geógrafos, não tocava os Pirenéus a uma boa distância”, pois interpuseram inúmeros grupos populacionais como autrigones, caristios, várulos e vascões. No entanto, acreditava que a polêmica sobre os limites da Cantábria poderia ser resolvida com base no testemunho de Estrabão, que na sua descrição etnográfica dos povos do norte da Península Ibérica apontou as suas muitas semelhanças. Isto teria levado à inclusão de diversas cidades sob o nome de Cantábria “no estilo familiar dos historiadores e de uso comum” (1665: 113-121). Na realidade, o historiador navarro defendia que todas as populações do norte da Península, da Galícia aos Pirenéus, teriam participado na guerra contra Augusto, incluindo, portanto, as do território basco e navarro (1665: 128-138). Mesmo assim, Moret serviu de base para as abordagens anticantabristas de Peralta (1730) às quais Larramendi (1736) responderia pouco depois.

Uma alternativa diferente foi proposta em 1779 por Manuel Risco no volume XXXII da *España Sagrada*, dedicado à Vascônia. Embora tenha sido encarregado de defender a obra do falecido Flórez contra as críticas de Ozaeta, não concordou plenamente com as abordagens do seu antecessor. Na sua reivindicação, Risco considerou que Flórez tinha delimitado magistralmente os limites da Cantábria que confrontava Augusto, negando a associação entre este território e as províncias bascas (1779a: 3-6). No entanto, no seu trabalho sobre os antigos vascões, tinha defendido que, em uma época anterior, o termo cantábricos teria dado nome a “todos os povos que habitavam a costa norte desde as Astúrias até ao promontório do Oeaso”, sendo uma nomenclatura geral que teria abrangido “muitas regiões particulares” como a Vascônia, que ainda não aparecia individualizada nos textos clássicos. Isto deve ser derivado do testemunho de César e da sua menção às *civitates finítimas* aos aquitanos que ele ligou aos cantábricos (1779b: 34-39). Portanto, Risco viu a cronologia como o elemento chave para harmonizar os testemunhos greco-latinos, diferenciando várias etapas. Para os mais antigos, assumiu alguns postulados cantabristas. No entanto, na época de maior prestígio, a das guerras cantábricas, a Cantábria teria sido reduzida a uma região bem definida separada de autrigones, caristios, várulos e vascões. Isto teria permanecido assim durante toda a era imperial, até que só recuperou a sua extensão original após a queda do Império Romano (1779b: 67-69).

A formulação de Risco ganhou notável aceitação entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Juan Antonio Llorente, defensor inabalável das teses de Flórez em sua publicação de 1806, tinha certeza nas primeiras versões manuscritas de sua obra que, antes da guerra civil entre César e Pompeu, “os territórios que constituíam parte da Cantábria eram agora chamados de biscaios, alaveses, guipuzcoanos, riojanos e navarros” (1796: 17). Além disso, alguns dos estudiosos bascos que colaboraram na elaboração do *Diccionario Geográfico-Histórico de España* da Academia Real de História endossaram esta periodização. Porém, quando o acadêmico Francisco Martínez Marina (1802: 18-20) fez o verbete referente a Álava no referido *Diccionario*, introduziu uma nova nuance, de natureza geográfica, que recuperou um certo prestígio para os bascos devido à sua ascendência cantábrica. Por um lado, os cantábricos orientais, ancestrais dos bascos e navarros, teriam realizado grandes feitos como a sua participação nas Guerras Púnicas referidas por Sílio Itálico ou a ajuda aos aquitanos mencionada por César. Desde a época de Augusto, geógrafos e historiadores greco-latinos os teriam individualizado por meio de nomes particulares. Por outro lado, os cantábricos ocidentais, localizados na província de Santander, teriam permanecido “enterrados na barbárie e nas trevas do seu estreito país” até enfrentarem os exércitos de Augusto, protagonizando as histórias de Floro, Orósio e Dião Cássio.

Conclusões

Como foi demonstrado ao longo das linhas anteriores, a conservação e recepção de determinados textos greco-latinos que mencionavam os cantábricos e a Cantábria possibilitaram, condicionaram e orientaram a abordagem e o desenvolvimento de uma prolongada disputa na historiografia basca. Ainda mais quando as diferentes posições reivindicavam a veracidade dos seus discursos sobre o passado antigo baseados, em grande medida, na autoridade destes testemunhos escritos. Por um lado, textos de caráter historiográfico, poético ou etnográfico levaram à conversão do antigo cantábrico em uma referência atrativa aos olhos da erudição moderna preocupada em cimentar o seu prestígio coletivo no passado remoto, como consequência do papel ideologia e de propaganda que conquistou na época de Augusto. Por outro lado, os textos e passagens geográficas de alguns historiadores antigos permitiram debater contra ou a favor da inclusão das terras bascas na antiga Cantábria graças à presença de categorias geoetnográficas na estruturação e articulação da descrição do mundo, mesmo naqueles territórios já integrados nas estruturas cívicas e administrativas romanas, permitindo,

assim, recriar laços genéticos a partir da ocupação do mesmo espaço. Assim, estes textos não só possibilitaram a polêmica, como também forneceram alguns dos elementos que transformaram a antiga geografia das terras bascas em um tema controverso, com importantes prestígio, identidade e repercussões políticas.

Mas, além disso, os depoimentos clássicos também nortearam os principais eixos da disputa. Por exemplo, a influência da tradição dos pérriplos na geografia greco-latina levou ao debate mais intenso centrado na extensão costeira dos cantábricos, sobre se ocupariam o litoral situado entre as Astúrias e os Pirenéus. Os autores anticantabristas basearam a sua posição principalmente em fontes geográficas, que ilustravam a diversidade étnica deste trecho de costa, enquanto os cantabristas desenvolveram os seus principais argumentos com base em testemunhos historiográficos, e especialmente em uma passagem de César, usada para prolongar a presença cantábrica até a fronteira com a Gália. Além disso, ao longo da disputa, os cantabristas tiveram que sofisticar seus argumentos através da seleção, classificação e interpretação dos testemunhos clássicos, com base nos elementos por eles oferecidos. Assim, a definição progressiva de corônimos aglutinantes de uma realidade geoetnográfica diversa, perceptível nas fontes greco-latinas referentes à Península Ibérica, permitiu-lhes propor um processo análogo para a Cantábria, que integraria os vários etnônimos localizados na costa basca, embora nenhuma fonte antiga o tenha explicitado. Outrossim, a individualização progressiva dos Pirenéus e a sua separação tardia da costa cantábrica permitiram-lhes alegar a extensão dos cantábricos à cordilheira que separava a Hispânia da Gália.

Contudo, os cantabristas não foram os únicos que selecionaram, hierarquizaram e interpretaram as fontes disponíveis conforme sua conveniência. Os anticantabristas também tomaram como principais autoridades os textos geográficos que lhes permitiram uma defesa mais eficaz da sua posição, minimizando a relevância de outros testemunhos, especialmente os historiográficos. Isto foi notado pelos autores que, embora não assumissem integralmente os postulados cantábricos, tentaram conciliar um espectro maior de testemunhos antigos, resultando em algumas nuances ou hipóteses intermediárias que gozaram de menor destaque em um contexto de debate polarizado. Portanto, embora a recepção dos textos clássicos tenha sido sempre mediada pelas implicações políticas, identitárias e emocionais do debate, a autoridade que lhes foi conferida para determinar a verdade histórica fez com que também

mediasssem, em maior ou menor grau, a viabilidade, a orientação e até os argumentos desta controvérsia historiográfica secular.

Fontes

FLÓREZ, Enrique. *La Cantabria. Disertación sobre el sitio y extensión que tuvo en tiempos de los Romanos la región de los cántabros, con noticia de las Regiones confinantes y de varias poblaciones antiguas*. Madrid: Antonio Marín, 1768.

HENAO, Gabriel de. *Averiguaciones de las Antigüedades de Cantabria*. Salamanca: Eugenio Antonio García, 1689.

LARRAMENDI, Miguel de. *Discurso histórico sobre la antigua famosa Cantabria*. Madrid: Juan de Zúñiga, 1736.

LLORENTE, Juan Antonio. *Historia crítica del vasallaje de las tres Provincias Cantábricas y del origen de sus fueros etc*. Archivo Histórico Nacional de España, Consejos, leg. 50825, 1796.

LLORENTE, Juan Antonio. *Noticias históricas de las tres provincias vascongadas, en que se procura investigar el estado civil antiguo de Álava, Guipúzcoa y Vizcaya y el origen de sus fueros. Tomo I*. Madrid: Imprenta Real, 1806.

MARTÍNEZ MARINA, Francisco. Álava. In: *Diccionario Geográfico - Histórico de España. Por la Real Academia de la Historia etc. Tomo I*. Madrid: Viuda de D. Joaquín Ibarra, 1803: 13-54.

MORET, José de. *Investigaciones históricas de las antigüedades del Reyno de Navarra*. Pamplona: Gaspar Martínez, 1665.

OZAETA, José Hipólito de. *La Cantabria vindicada, y demostrada, según la extensión que tuvo en diferentes tiempos etc*. Madrid: Pedro Marín, 1779.

PERALTA, Pedro de. *Historia de España vindicada etc*. Lima: Francisco Sobrino, 1730.

RISCO, Manuel. *El R.P.M. Fr. Henrique Flórez vindicado etc*. Madrid: Pedro Marín, 1779a.

RISCO, Manuel. *España Sagrada. Tomo XXXII. La Vasconia. Tratado preliminar a las santas iglesias de Calahorra, y de Pamplona etc*. Madrid: Imprenta de Miguel Escribano, 1779b.

ZURITA, Gerónimo. Cantabria. Descripción de sus verdaderos límites. In: DORMER, Diego José (ed.): *Discursos varios de historias*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1683.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, Manuel. Notas sobre el papel de Estrabón en la historiografía española, del Renacimiento a la Ilustración. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (ed.). *Estrabón e Iberia: Nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad de Málaga, 1999: 31-61.

ARMANI, Sabine. La méthode dans les livres géographiques de Pline l'Ancien. Dits et non-dits dans la description de l'Hispania Citerior. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 105-123.

BELTRÁN, Francisco; PINA, Francisco. Roma y los Pirineos: la formación de una frontera. *Chiron*, 24, 1994: 103-133.

BELTRÁN, Francisco. Plinio versus Ptolomeo. Geografía y etnicidad en la Hispania del Principado. In: SANTOS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: El caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012: 477-498.

BERGGREN, J. Lennart; JONES, Alexander. *Ptolemy's Geography. An annotated translation of the theoretical chapters*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CASTRO-PÁEZ, Encarnación. *De Tartesos a Hispania. Geografía y etnografía en la literatura greco-latina*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2023.

CIPRÉS, Pilar. Epigrafía, etnografía e identidad en el interior peninsular. *Gerión*, 41, 2, 2023: 365-389.

CIPRÉS, Pilar. Las regiones en la descripción de Hispania Citerior. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 199-220.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2006.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo. Estrabón e Iberia. La construcción de una identidad histórica. *Studia Historica. Historia Antigua*, 32, 2014: 143-152.

DOODY, Aude. *Pliny's encyclopedia: the reception of the Natural History*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010.

DUECK, Daniela; BRODERSEN, Kai. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2012.

DUECK, Daniela. *Strabo of Amasia. A Greek man of letters in Augustan Rome*. Lodon/New York: Routledge, 2000.

DUPLÁ, Antonio; EMBORUJO, Amalia. El Vascocantabrizmo: mito y realidad en la historiografía sobre el País Vasco en la Antigüedad. In: ARCE, Javier; OLMOS, Ricardo (eds.). *Historiografía de la Arqueología y de la Historia Antigua en España (siglos XVIII-XIX)*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1991: 107-111.

DUPLÁ, Antonio. Algunas consideraciones sobre la concepción de la historia, la Antigüedad y la nación en la Real Sociedad Bascongada de Amigos del País. In: DUPLÁ, Antonio; DELL'ELICINE, Eleonora; PÉREZ MOSTAZO, Jonatan (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo: 31-54.

EMBORUJO, Amalia; EMBORUJO, Isidora. Los territorios vascos en la Naturalis Historia de Plinio: aproximación historiográfica. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 293-311.

GAUTIER DALCHÉ, Patrick. *La géographie de Ptolémée en Occident (IVe-XVIe siècle)*. Turnhout: Brepols, 2009.

GÓMEZ FRAILE, José María. La geografía de la Hispania Citerior en C. Tolomeo: análisis de sus elementos descriptivos y aproximación a su proceso de elaboración. *Polis*, 9, 1997: 183-247.

GÓMEZ FRAILE, José María. Reflexiones críticas en torno al antiguo ordenamiento étnico de la Península Ibérica. *Polis*, 13, 2001: 69-98.

GONZÁLEZ ECHEGARAY, Joaquín. Algunos aspectos menos conocidos de la polémica sobre los límites de Cantabria. *Estudios Vizcaínos*, 9-10, 1974: 23-43.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz. Grupos de población en la descripción de Plinio. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 127-152.

GRIFFITHS, David. *Augustus and the Roman provinces of Iberia*. Tesis doctoral. University of Liverpool, 2013.

IGLESIAS, José Manuel. El territorio de la Cantabria romana en la historiografía moderna. In: *Homenaje al Dr. Joaquín González Echegaray*. Santander: Museo y Centro de Investigación de Altamira, 1994: 397-403.

LARRAÑAGA, Koldo. W. von Humboldt y el proceso de definición de Euskal Herria como sujeto del discurso historiográfico. *RIEV*, 41, 2, 1996: 477-510.

MAÑARICÚA, Andrés. *Historiografía de Vizcaya. Desde Lope García de Salazar a Labayru*. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1971.

MARCOS GARCÍA, Miguel Ángel. Un enfoque crítico sobre los textos antiguos de la Cantabria romana. *Studia Historica. Historia Antigua*, 6, 1988: 81-96.

MARCOTTE, Didier. Ptolémée et la constitution d'une cartographie régionale. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007: 161-172.

MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (eds.). *Classics and the Use of Reception*. Malden etc.: Blackwell, 2006: 1-13.

MARTINDALE, Charles. Reception. In: KALLENDORF, Craig W. (ed.). *A Companion to the Classical Tradition*. Malden etc.: Blackwell, 2007: 297-311.

MOURE, Ana. Plinio en España: panorama general. *Revista de Estudios Latinos*, 8, 2008: 203-237.

MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder's Natural History. The Empire in the encyclopedia*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

PARRONI, Piergiorgio. La Spagna di Pomponio Mela. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007: 81-93.

PÉREZ MOSTAZO, Jonatan; DUPLÁ, Antonio. Recepciones de la Antigüedad vascona y aquitana. De la historiografía a las redes sociales (siglos XV-XXI): Una introducción. In: PÉREZ MOSTAZO, Jonatan; DUPLÁ, Antonio (eds.). *Recepciones de la Antigüedad vascona y aquitana. De la historiografía a las redes sociales (siglos XV-XXI)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2022: 9-17.

PÉREZ MOSTAZO, Jonatan. *Lustrando las raíces. Antigüedad vasca, política e identidades en el siglo XIX*. Pamplona: Urgoiti Editores.

PÉREZ VILATELA, Luciano. Etnias y divisiones interprovinciales Hispano-romanas en Estrabón. *Kalathos*, 9-10, 1990: 205-214.

RICH, John. Cantabrian closure: Augustus' Spanish war and the ending of his memoirs. In: SMITH, Christopher; POWELL, Anton (eds.). *The Lost Memoirs of Augustus and the Development of Roman Autobiography*. Oxford: The Classical Press of Wales, 2009: 145-172.

RICO, Christian. L'“invention” romaine des Pyrénées, ou les étapes de la formation d'une frontière. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2006: 199-216.

ROMER, Frank Edward. Introduction. In: ROMER, Frank Edward (ed.) *Pomponius Mela's Description of the World*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998: 1-32.

SALINAS DE FRÍAS, Manuel. La guerra de los cántabros y astures, la etnografía de España y la propaganda de Augusto. In: HIDALGO, María José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, Manuel (eds.). *Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: nuevas perspectivas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1998: 155-170.

SANTOS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012.

SANTOS, Juan. Los pueblos del País Vasco en las fuentes antiguas. In: ALDAY RUIZ, Alfonso et al. (eds.). *Historia del País Vasco. Prehistoria y Antigüedad*. Donostia-San Sebastián: Hiria, 2006: 171-194.

SILBERMAN, Alain. Introduction. In: SILBERMAN, Alain (ed.). *Pomponius Mela. Chorographie*. Paris: Les Belles Lettres, 1988: VII-LXXIII.

SUÁREZ CORTINA, Manuel. La elaboración del discurso histórico en Cantabria. In: GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.). *La memoria histórica de Cantabria*. Santander: Universidad de Cantabria & Asamblea Regional de Cantabria, 1996: 227-239.